

## A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO FATOR DE VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE

Maria dos Milagres Diniz dos Santos<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem como finalidade colaborar com a discussão e reflexão sobre a relevância da relação professor-aluno na educação do campo. Objetivando analisar as contribuições desta relação para a valorização do aluno camponês em todos os seus aspectos. Assim centra-se em entender como a relação professor-aluno influencia no desempenho e formação dos alunos camponeses enquanto sujeitos de direitos. A proposta metodológica caracterizou-se como bibliográfica já que demanda uma análise minuciosa das mais recentes obras científicas disponíveis, possibilitando assim identificar, mapear, discutir e aprofundar o objeto em estudo. Desse modo, fundamentou-se em autores como: Arroyo (2004), Caldart (2004), Freire (1996), Libâneo (2010), Silva (2018), entre outros. Os resultados apontam sobre a importância da relação professor-aluno, considerando a participação do professor no processo de garantia da valorização dos aspectos identitários do aluno do campo, frente à uma realidade marcada por desigualdade e injustiça, tornando-se necessário o comprometimento, envolvimento e responsabilidade de todos os membros incluídos na realização do ensino, para garantir uma aprendizagem significativa.

**Palavras-chave:** Professor, Aluno, Educação do Campo.

### INTRODUÇÃO

As relações estabelecidas entre professor e aluno no contexto escolar ao longo da história sempre ocuparam um espaço importante no âmbito educacional, já que a partir desta relação concebe-se a formação integral do indivíduo. Haja vista que a escola também se encontra imersa na tarefa de educar o ser humano, na medida em que o trabalho realizado pelos profissionais que ali atuam visa o desenvolvimento integral do indivíduo, enfatizando o trabalho pedagógico na construção de um ser preparado para os saberes escolares, bem como para a vida em sociedade. Neste sentido, situando-se nos espaços rurais a escola assume também a função de valorização onde deverá contemplar a diversidade das comunidades rurais em seus “aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.” (BRASIL, 2002).

Assim, o presente artigo tem por finalidade colaborar com a discussão e reflexão sobre a relevância da relação professor-aluno na educação do campo. Objetivando analisar as contribuições desta relação para a valorização do aluno camponês em todos os seus aspectos.

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Faculdade do Baixo Parnaíba-FAP — mariamdiniz@mx2.unisc.br.

Possuindo como questão central entender como a relação professor-aluno influencia no desempenho e formação dos alunos camponeses enquanto sujeitos de direitos. A proposta metodológica, aqui adotada, caracterizou-se como bibliográfica, por buscar um aprofundamento do conhecimento de uma dada realidade. E optou-se por uma abordagem qualitativa, pois esse tipo de pesquisa torna-se extremamente ampla e flexível, como o foco de interesse na explicação ou compreensão das relações dos fenômenos, indivíduos e situações.

Destaca-se que são inúmeros os desafios nesse percurso, portanto o referencial teórico aborda, sobretudo, os conceitos e discussões a respeito das leis que regem a Educação do Campo e as singularidades curriculares desta modalidade de ensino, a trajetória dos seus sujeitos, as lutas e os movimentos sociais do campo dialogando com autores que discorrem sobre esta temática. Baseando-se em autores como Arroyo (2004), Caldart (2004), Freire (1996), Libâneo (2010), Silva (2018), entre outros. Neste sentido, a pesquisa se torna relevante para a formação dos educadores que atuam ou que possam interessar-se por esta área do campo educacional, no sentido de proporcionar reflexão sobre a prática pedagógica e sobre a proposta curricular das escolas do campo.

## **METODOLOGIA**

Como resultado, pode-se inferir que o entendimento entre escola, professor e aluno se dá pela comunicação eficaz, se a comunicação não se constitui fator importante no contexto educacional, não ocorre o entendimento almejado, pois o diálogo é um fator importante na relação professor e aluno (FREIRE, 1996). Destaca-se, ainda que a escola do campo também se encontra imersa na tarefa de educar o ser humano (PORTO, 1987), na medida em que o trabalho realizado por profissionais que ali atuam, visam o desenvolvimento integral do indivíduo, enfatizando o trabalho pedagógico na construção de um ser preparado para os saberes escolares, bem como para a vida em sociedade. Sendo assim, cabe à instituição escolar e ao professor auxiliar o indivíduo no seu processo de desenvolvimento, sendo que um ambiente saudável, cercado de incentivos e boas relações, tende a fazer com que o aprendizado do aluno seja positivo.

Desta forma, ressalta-se que para que se tenham uma relação efetiva e que proporcione a valorização do aluno camponês em seus aspectos sociais, culturais, econômicos, históricos, de gênero, etnia e políticos, é imprescindível que isso já seja considerado no currículo escolar e na proposta curricular da escola do campo. Tendo em vista, que ao aluno do campo é assegurado legalmente, que nos currículos e nas metodologias da educação do campo, sejam

considerados as suas singularidades e interesses reais (BRASIL,1996). Tendo a escola e o professor um papel indispensável na garantia deste direito, haja vista que possuem contato direto com o público alvo desta modalidade e conhecem as suas demandas.

Percebe-se desta forma, que a relação professor-aluno é necessária, para que ambos conheçam suas realidades e suas limitações, e busquem caminhos que permitam e facilitem o entrosamento entre si, para o sucesso educacional e social do aluno e profissional do professor.

Portanto, é importante que o professor leve em consideração os conhecimentos prévios dos alunos camponeses, considere a sua cultura e especificidades sem impor a sua cultura sobre a deles. Estando o professor como mediador, onde professor e aluno possuem uma relação horizontal e juntos constroem conhecimento, valorizam e respeitam as particularidades.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A escola constitui-se como a parte do sistema público de ensino que é responsável pela educação escolar devendo, assim, adequar-se às diferentes realidades e épocas. Onde se tem um modelo de escola surgido com o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, uma escola pública, laica, gratuita e para todos. Desta forma, conforme aponta Libâneo (2004) “as escolas são, portanto, organizações, e nela sobressai a interação entre as pessoas, para a promoção da formação humana”, assim é com a educação que o sujeito adquire os mecanismos necessários para desenvolver-se de forma digna, igualitária e democrática.

Neste sentido, cabe destacar que a educação do campo possui um percurso histórico marcado por lutas de movimentos e organizações sociais dos trabalhadores rurais em prol dos direitos do sujeito do campo, nesse trajeto se defendeu a igualdade do acesso e permanência dessa parcela da população brasileira que por vezes tem sido marginalizada. E, para fortalecer esse direito, torna-se fundamental não apenas criar políticas públicas específicas, mas garantir e avaliar que elas estejam sendo realizadas na prática. Nessa perspectiva ressalta-se que:

A Educação do Campo nasceu tomando/precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente, a afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas. (CALDART, 2004, p.15).

Portanto, a educação do campo estabelece uma ligação entre a cidade e o campo, uma oportunidade de tanto apreciar, quanto prestigiar seu trabalho, de afirmar e reafirmar sua identidade, as suas histórias, suas percepções, sua maneira de ser, e de colaborar com o mundo,

afinal o campo enquanto local de sobrevivência de alguns cidadãos permite a construção de um diálogo mais sólido sobre a importância do meio rural, e também em relação ao cultivo, organização social, conhecimento e a produção de alimento e ou produtos. Sendo assim:

A educação recria o campo porque por meio dela se renovam os valores, atitudes, conhecimentos e práticas que pertencem à terra. Ela instiga a recriação da identidade dos sujeitos e luta por um direito social porque possibilita a reflexão na práxis da vida e da organização social do campo seja nas formas de poder, de gestão das políticas, de produção econômica ou de conhecimento. (SANTOS, 2011, p. 10).

Nota-se, então, que a educação do campo tem suas necessidades próprias, por isso a instituição escolar deve respeitar a realidade socioeconômica que seus públicos e/ou alunos estão inseridos, levando em consideração seus costumes, tradições, hábitos, e a execução de seus serviços perante a comunidade. Seguindo essas mudanças o artigo 28 da LDB/96 aponta que:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, entende-se que a identidade da educação do campo deve ser construída a partir das relações e da dinâmica estrutural e administrativa da sua comunidade, e dessa forma garantir ao indivíduo da zona rural a condição de protagonista. Por conseguinte, considerando que a principal função social da escola é formar cidadãos críticos e reflexivos, além de garantir a aprendizagem de conhecimentos, habilidades e valores importantes para atuarem na sociedade na qual estão inseridos, aptos a desenvolverem vida social, digna e responsável. Ela não possui apenas o compromisso social do saber sistematizado, mas também deve capacitar o indivíduo conforme suas necessidades individuais e sociais para que este adquira a cidadania por direito. Parafraseando Porto (1987, p.38):

A escola assumiu, pois a função de equalizadora de oportunidades, daí as palavras de ordem: a educação é um direito de todos e um dever do estado, porque somente este poderia garantir que tal direito realmente fosse exercido, e o estabelecimento, a partir do começo do século passado, na Europa, dos sistemas nacionais de educação, garantindo a abertura das possibilidades de educar-se a todos indiscriminadamente e assegurando que a educação não fosse monopolizada por grupos ou interesses particulares.

Nesta perspectiva, ela fica responsável não somente pela transmissão dos conteúdos historicamente produzidos, mas também, por possibilitar que o aluno se aproprie dessa cultura apoderando-se desses conhecimentos, sendo assim o papel da escola supera a condição de mera transmissora de conhecimentos. Desta forma, considerando o papel da escola e partindo da premissa que o currículo escolar deve ser adaptado às reais necessidades e interesses do aluno campestre (BRASIL, 1996), em desconformidade Arroyo (2011, apud Silva, 2018, p. 41) aponta que:

as atuais políticas de currículo deixam de reconhecer as subjetividades dos educandos, suas culturas, valores e modos de vida precarizados. Os currículos tornam-se estruturas rígidas, ‘quase sagradas’, delineadas por um ‘conhecimento curricular [que] não é o conhecimento nem a racionalidade do senso comum, do povo comum, da vida comum. Mas é o território do conhecimento e da ciência, da racionalidade e da cultura nobres; da norma culta.

Portanto, durante o processo de construção e aplicação do currículo, por vezes é seguido um modelo neoliberal que perpetua as desigualdades e dificilmente valoriza os aspectos identitários dos sujeitos. Aponta-se aqui a necessidade de uma “justiça curricular” (SILVA, 2018, p. 11), a qual pressupõe a valorização dos saberes locais nos espaços escolares e torna-se indispensável para um currículo que de fato considere as singularidades dos alunos e povos, contribuindo para a construção de um cidadão melhor (SILVA, 2018). De acordo com o Panorama da Educação do Campo (2006), os diagnósticos da educação do campo têm apontado entre as principais questões desta modalidade:

- a insuficiência e a precariedade das instalações físicas da maioria das escolas;
- currículo escolar que privilegia uma visão urbana de educação e desenvolvimento;
- a falta de atualização das propostas pedagógicas das escolas rurais;
- a implementação de calendário escolar adequado às necessidades do meio rural, que se adapte à característica da clientela, em função dos períodos de safra. (INEP, 2006)

Com base nessas informações, observa-se que há a necessidade de se questionar acerca da realidade dos sistemas de ensino e do currículo educacional, observando se ele está produzindo a inclusão social e não reproduzindo as características de um determinado padrão da sociedade. Sendo a justiça curricular, conforme (SILVA, 2018), um instrumento coletivo que permite promover a defesa da justiça escolar e da qualidade social da educação.

Portanto, é primordial uma sintonia entre as legislações, a teoria e a prática, haja vista que a educação deve ajudar no desenvolvimento pleno do sujeito, na sua humanização, convivência e inserção no mercado de trabalho. Por esse motivo, educar o aluno do campo deve

ir além da mera escolarização do ler e escrever, e permitir prepará-los para valorizar a sua cultura e lhes proporcionar condições de melhorar as circunstâncias da sua vivência.

### 3 RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

O professor, não é apenas o mediador do conhecimento, mas também é um agente de instrução e de criação de vínculos, pois este aproxima as realidades por meio do diálogo que se constitui como uma forma de convivência em grupo, e de grande importância para um bom relacionamento e desenvolvimento cognitivo e moral do aluno, afinal por meio dessa comunicação que acontecerá a trocar informações e conhecimentos significativos para o processo ensino aprendizagem. Como afirma Freire (1996, p. 45):

Por isto, o diálogo é uma exigência existencial. E se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca das ideias a serem consumidas pelos permutantes.

Por isso, o professor tem o papel de mediar essa aprendizagem, visto que educar na atualidade requer um olhar crítico sobre as relações sociais presentes no contexto vigente, pois a educação prossegue por todos os âmbitos sociais, sendo a escola um espaço voltado para esclarecer as dúvidas expor as opiniões de maneira crítica e reflexiva, assim o educador torna-se o meio ou ferramenta na construção de uma relação positiva com seu aluno. Para Silva (2018, p. 19) ele é “um dos grandes artífices, queira ou não, da construção dos currículos que se materializam nas escolas e nas salas de aula”, sendo o mediador do ensino, contribui com a proposta pedagógica da instituição escolar, possui o papel de conscientizar toda a equipe pedagógica de que o trabalho coletivo só traz benefícios para os alunos. Então o seu papel dentro da escola é bem complexo, sempre fazendo a mediação entre todos os envolvidos na educação do aluno, como: pais, professores, alunos, funcionários.

Logo, abandona-se o caráter meramente tradicional do ensino, utiliza-se meios viáveis para a construção de aprendizagem significativa, essenciais para a formação de sujeitos capazes de conviver e adaptar-se à comunidade a qual participa, portanto o professor é durante esse processo o mediador entre a cultura e o aluno, entre os saberes do senso comum e conhecimentos científicos, haja vista que o educador é iniciador da aprendizagem devendo criar e garantir um ambiente rico de experiências educativas e sociáveis. Em contrapartida, a escola possui um papel imprescindível na valorização do aluno e de sua cultura, lhe fornecendo

subsídios par que ele venha a participar desse processo como construtor do conhecimento e como sujeito de direito, é fundamental a criação e desenvolvimento de metodologias que propiciem momentos de interação e troca de saberes com os outros alunos. Conforme destaca Caldart (2004, p. 6) “a perspectiva da Educação do Campo é exatamente a de educar as pessoas que trabalham no campo, para que se encontrem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção do seu destino” por esta razão as aulas devem ser pensadas, planejadas e avaliadas a fim de que o professor utilize metodologias ativas condizentes com a realidade da sala, e assim aborde assuntos que motivem a permanência desse aluno na escola.

De acordo com esse viés o aluno do campo poderá evoluir e assim buscar formas e concepções segundo suas ambições, exigências e desejos. Portanto, o educador deve considerar o conhecimento prévio de seus alunos, sua história e seu contexto histórico social, para assim construir uma base de aprendizagem emancipadora, dificultando assim o seu afastamento prematuro da sala de aula. Arroyo (2004, p. 23) enfatiza que a educação dever ser “no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz” Assim considera-se que o professor deve compreender a educação do campo como emancipatória, não apenas como uma transposição da educação ofertada na zona urbana, mas sim uma educação regada de singularidades que se reproduz nos seus sujeitos, que devem ser valorizados e conduzidos a conhecer seus direitos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Como resultado, pode-se inferir que o entendimento entre escola, professor e aluno se dá pela comunicação eficaz, se a comunicação não se constituir fator importante no contexto educacional, não ocorre o entendimento almejado, pois o diálogo é um fator importante na relação professor e aluno (FREIRE, 1996). Destaca-se, ainda que a escola do campo também se encontra imersa na tarefa de educar o ser humano (PORTO, 1987), na medida em que o trabalho realizado por profissionais que ali atuam, visam o desenvolvimento integral do indivíduo, enfatizando o trabalho pedagógico na construção de um ser preparado para os saberes escolares, bem como para a vida em sociedade. Sendo assim, cabe à instituição escolar e ao professor auxiliar o indivíduo no seu processo de desenvolvimento, sendo que um ambiente saudável, cercado de incentivos e boas relações, tende a fazer com que o aprendizado do aluno seja positivo.



Desta forma, ressalta-se que para que se tenham uma relação efetiva e que proporcione a valorização do aluno camponês em seus aspectos sociais, culturais, econômicos, históricos, de gênero, etnia e políticos, é imprescindível que isso já seja considerado no currículo escolar e na proposta curricular da escola do campo. Tendo em vista, que ao aluno do campo é assegurado legalmente, que nos currículos e nas metodologias da educação do campo, sejam considerados as suas singularidades e interesses reais (BRASIL,1996). Tendo a escola e o professor um papel indispensável na garantia deste direito, haja vista que possuem contato direto com o público alvo desta modalidade e conhecem as suas demandas.

Percebe-se desta forma, que a relação professor-aluno é necessária, para que ambos conheçam suas realidades e suas limitações, e busquem caminhos que permitam e facilitem o entrosamento entre si, para o sucesso educacional e social do aluno e profissional do professor. Portanto, é importante que o professor leve em consideração os conhecimentos prévios dos alunos camponeses, considere a sua cultura e especificidades sem impor a sua cultura sobre a deles. Estando o professor como mediador, onde professor e aluno possuem uma relação horizontal e juntos constroem conhecimento, valorizam e respeitam as particularidades.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através desta pesquisa tornou-se possível discutir e refletir sobre a importância da relação professor-aluno no processo educativo e na valorização dos aspectos que compõem a identidade do aluno camponês. Considerando a história e realidade da educação do campo, sendo esta marcada por lutas e injustiças sociais e curriculares, o professor possui grande relevância no percurso educacional do aluno, em razão de estar próximo à realidade do mesmo e também por dever considerar as suas características em seu método de ensino.

Assim, cabe ao professor realizar e subsidiar essa mediação entre o conhecimento e o aluno, pois refere-se a um processo flexível e democrático que tem por finalidade o diálogo entre as partes envolvidas, para assim assegurar uma educação igualitária e justa, buscando construir e formar alunos aptos para conviver e participar ativamente e criticamente da sociedade. Dessa forma, considerar os aspectos sociais, históricos, econômicos, culturais e políticos dos alunos camponeses, não é somente tarefa do professor, mas também da escola e do poder público, devendo o currículo estar adaptado à realidade dos mesmos, tal como disposto na Lei de Diretrizes Bases da Educação (1996) e Diretrizes Operacionais para a Educação do campo (2002).



Salienta-se que o professor, possui um papel imprescindível e que aliado à escola e à família constrói vínculos com o aluno que o estimula a se tornar um cidadão crítico e reflexivo, capaz de se portar dessa forma em uma comunidade em constante transformação, e contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais ética e justa. Enfim, é fundamental que os educadores usem métodos para promover uma relação de harmonia, companheirismo e respeito com seus alunos.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzales. **Imagens quebradas**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação\ Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução nº 1 de 03 de abril de 2002.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 11. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. Versão PDF.

BRASIL, Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Panorama da Educação do Campo**. Brasília: Inep/MEC, 2006.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. revista e ampliada - goiânia: editora alternativa, 2004.

PORTO, Maria do Rosário Silveira. **Função Social da Escola**. Escola Brasileira: temas e estudos/Roseli Fischmann (coord) São Paulo: Atlas, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. Revisitando a noção de justiça curricular: problematizações ao processo de seleção dos conhecimentos escolares. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n.34, p.1-19, 2018. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/edur/a/7kNPpLYWFwM9RmBRxrGGHVj/abstract/?lang=pt>